



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA – CONTAS DE GOVERNO

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal de Água Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DO CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca/ES

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2024

1. INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral elaborou Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024, que foi enviado ao Prefeito Municipal e aprovado pelo Decreto nº 10.657/2024, tendo como destaque os trabalhos de Auditoria Interna e Controle Interno, conforme determina o disposto na Lei Municipal nº 1.122/2013 e, na Instrução Normativa Municipal SCI Nº 06/2021, bem como em razão da regulamentação da Instrução Normativa 68/2020 e dos termos da Resolução 227/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município envidou todos os esforços para no curso do exercício do ano de 2024, responder todas as notificações dos órgãos de Controle Externo, realizar acompanhamento e enviar respostas ao cidadão através dos canais da Ouvidoria Municipal e e-SIC, bem como realizar monitoramentos, correções e atendimento das fiscalizações dos Portais de Transparência nos sites municipais.

É notório que, em virtude da quantidade insuficiente de servidores no setor, algumas atividades não foram realizadas durante o exercício. Contudo, há de se destacar o cumprimento integral das Auditorias constante no cronograma do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2024.

Além disso, foram realizadas, durante o exercício, pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, avaliações da entidade – MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA, no que se refere aos pontos de controle contidos na Tabela Referencial 01 da IN 68/2020, de exigência do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme disposto abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil <u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</u>	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2024: R\$2.642.809,87 Data de Repasse mensal: 19/01/2024: R\$ 220.235,32 20/02/2024: R\$ 220.235,32 20/03/2024: R\$ 220.235,32 19/04/2024: R\$ 220.235,32 20/05/2024: R\$ 220.235,32 20/06/2024: R\$ 220.235,32 19/07/2024: R\$ 220.235,32 16/08/2024: R\$ 220.235,32 20/09/2024: R\$ 220.235,32 18/10/2024: R\$ 220.235,32 19/11/2024: R\$ 220.221,53 18/12/2024: R\$ 220.235,14 Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 3.120.000,00 (Art. 3º da Lei nº 1.836/2023 – Lei Orçamentária Anual)
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Processo nº 2903/2024 BALFIN – Balanço Financeiro - RPPS BALEXOR – Balancete	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	<p>Orçamentário da Receita - RPPS</p> <p>BALVER – Balancete de Verificação – Consolidado</p> <p>DEMVAP – Demonstrativo de variações patrimoniais - RPPS</p> <p>BALVER – Balancete de Verificação - RPPS</p> <p>BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa RPPS</p>		<p>BALEXOR - RPPS</p> <p>Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 0,00</p> <p>DEMVAP - RPPS</p> <p>Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 3.106.288,03</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 3.106.288,03</p> <p>BALVER - RPPS</p> <p>Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 3.073.112,04</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 3.073.112,04</p> <p>BALEXOD - RPPS</p> <p>Despesas empenhadas: R\$ 6.345.745,78</p>	<p>BALEXOR - RPPS</p> <p>Receitas Orçamentárias: R\$ 9.590.746,67</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 0,00</p> <p>DEMVAP - RPPS</p> <p>Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 3.106.288,03</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 3.106.288,03</p> <p>BALVER - RPPS</p> <p>Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 3.073.112,04</p> <p>BALVER – Consolidado</p> <p>4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 3.073.112,04</p> <p>BALEXOD - RPPS</p> <p>Despesas empenhadas: R\$ 6.345.745,78</p>
--	---	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Valor de insuficiência financeira: R\$ 2.934.399,18	Valor de insuficiência financeira: R\$ 2.934.399,18
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	Processo nº 2903/2024 <u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS Lei Municipal nº 1.789/2023 Lei Municipal nº 1.861/2024	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> Equilíbrio Atuarial – Medidas adotadas Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; <u>Segurados:</u> Alíquota: 14% Patronal: Alíquota: 17% Custo Especial: Alíquota: 29,80% Lei Municipal nº 1.861/2024 aprovada em 27/02/2024; – Dispõe sobre a reavaliação atuarial/2024, institui o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, altera a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e mantém a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado, aposentado e pensionista, e dá outras providências.	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u> Equilíbrio Atuarial – Medidas adotadas Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; <u>Segurados:</u> Alíquota: 14% Patronal: Alíquota: 17% Custo Especial: Alíquota: 29,80% Lei Municipal nº 1.861/2024 aprovada em 27/02/2024; – Dispõe sobre a reavaliação atuarial/2024, institui o plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial, altera a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo município ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS e mantém a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo segurado, aposentado e pensionista, e dá outras providências. <u>Segurados:</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>Segurados: Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 28%</p> <p>Custo Especial: Alíquota: 40%</p> <p>Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS</p> <p>Equilíbrio Financeiro – Medidas adotadas Não foram verificadas medidas adotadas pela Unidade gestora – Prefeitura Municipal de Água Branca para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS no exercício de 2024.</p> <p>Ofícios encaminhados ao ente mantenedor com a respectiva cobrança de adoção de medidas: OFÍCIO/CGM/113/2024 OFÍCIO/CGM/133/2024 OFÍCIO/CGM/144/2024 OFÍCIO/CGM/150/2024 OFÍCIO/CGM/010/2025</p>	<p>Alíquota: 14%</p> <p>Patronal: Alíquota: 28%</p> <p>Custo Especial: Alíquota: 40%</p> <p>Análise do arquivo RELCUST para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do RPPS</p> <p>Equilíbrio Financeiro – Medidas adotadas Não foram verificadas medidas adotadas pela Unidade gestora – Prefeitura Municipal de Água Branca para cobertura do Déficit Financeiro do RPPS no exercício de 2024.</p> <p>Ofícios encaminhados ao ente mantenedor com a respectiva cobrança de adoção de medidas: OFÍCIO/CGM/113/2024 OFÍCIO/CGM/133/2024 OFÍCIO/CGM/144/2024 OFÍCIO/CGM/150/2024 OFÍCIO/CGM/010/2025</p>
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com	Balanco Patrimonial – BALPAT de cada unidade gestora Balanco Patrimonial – BALPAT – Consolidado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único,	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanco Patrimonial – BALPAT-Consolidado, são idênticos a soma dos valores	BALPAT- Consolidado Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 30.626.320,75



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	inventário.	Inventário de Bens Móveis – INVMOV de cada UG; Inventário de Bens imóveis – INVIMO de cada UG; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT de cada UG	item 7,8,9, 15, 16 e 18	evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	dos Inventário Anual de bens móveis – INVMOV das UG's. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO das UG's. Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT das UG's. Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis das UG's.	Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 74.578.611,32 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 12.032.266,35 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 2.001.156,81
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extrato Bancário em 31/12/2024 – EXTBAN das UG's Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP de todas as UG's em confronto com os extratos bancários do final do exercício, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Registra-se que as análises foram realizadas na PCA-Contas de Gestão de cada unidade gestora, sendo verificada que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito	Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a	As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de	TVDISP – Soma dos extratos bancários final do exercício de 2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	e aplicação - confirmação externa	Extrato bancário em 31/12/2024 – EXTBAN das UG's Balanço Financeiro – BALFIN Balanço Patrimonial - BALPAT Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFC		integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Disponibilidades, Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Extratos bancários, em confronto com os dados das demonstrações contábeis do Consolidado – Contas de Governo evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras. No tocante ao Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, verifica-se a não contabilização de “investimentos e aplicações temporárias a curto e longos prazos – RPPS”, tendo em vista a alteração na estrutura do Balanço Financeiro conforme IPC06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro 2024.	Total: R\$ 96.511.220,48 BALPAT: Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa, somado aos investimentos e aplicações: R\$ 50.068.107,17 BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa e equivalente de caixa: R\$ 50.068.107,17 DEMFC: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa final: R\$ 96.511.220,48
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA – da Conta de Gestão - Prefeitura Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDAT – da Conta de Gestão – Prefeitura Balancete de Verificação – BALVER - Consolidado Balanço Patrimonial – BALPAT - Consolidado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Conforme evidenciado no Balancete de Verificação – BALVER, no Balanço Patrimonial – BALPAT, no Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa - DEMDATA, e no Demonstrativo de dívida ativa cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT, o saldo final da dívida ativa tributária informada no DEMDAT evidencia integralmente os valores inscritos em dívida ativa tributária constante nos demonstrativos BALVER e BALPAT, assim como consta do Valor Atual da Dívida Ativa Tributária constante do arquivo DEMDATA. O Município de Água Branca não possui dívida ativa não tributária.	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Movimentação de Dívida Ativa Tributária em 2024: - Acréscimo de Débito R\$178.588,12 - Acréscimo de Crédito R\$ 63.830,03 - Descontos R\$ 234,34 - Cancelamentos:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>R\$ 310,26 (Prescrição)</p> <p>- Baixas: R\$ 0,00</p> <p>DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: A Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.</p> <p>BALPAT: Ativo Circulante Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82 Dívida Ativa Não tributária R\$ 0,00</p> <p>BALVER: Conta contábil 1.1.2.5.0.00.00 – Dívida Ativa Tributária: R\$ 1.054.121,82</p>
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal e o Setor de Procuradoria Jurídica não promoveram a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.</p> <p>Valor de Dívida Ativa Tributária no final do exercício de 2024: R\$ 1.054.121,82</p>	<p>Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024.</p> <p>Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal e o Setor de Procuradoria Jurídica não promoveram a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal.</p> <p>Valor de Dívida Ativa Tributária no final do exercício de 2024: R\$ 1.054.121,82</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>Em análise do Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT e Quadro auxiliar ao Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA, denota-se que não foi realizado no exercício de 2024 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.</p> <p>Da Análise do DEMDAT e DEMDATA, consignou-se que:</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>	<p>Em análise do Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT e Quadro auxiliar ao Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDATA, denota-se que não foi realizado no exercício de 2024 a cobrança de dívida ativa extrajudicial e judicial.</p> <p>Da Análise do DEMDAT e DEMDATA, consignou-se que:</p> <p>Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82</p> <p>Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70</p> <p>Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12</p>
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	<p><u>Processo de Auditoria nº 5114/2024</u></p> <p>Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP</p> <p>Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA</p> <p>Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública</p>	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	<p>Análise dos seguintes arquivos: Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA, Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública e, RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V.</p> <p>Consoante a análise dos demonstrativos verifica-se que a</p>	<p>Demonstrativo de restos a pagar – DEMRAP</p> <p>Saldo de restos a pagar não processados: R\$ 6.696.883,22</p> <p>Saldo de restos a pagar processados: R\$ 100.202,00</p> <p>Relação de Restos a pagar processados e não processados - Sistema de Contabilidade Pública</p> <p>Saldo de restos a pagar não</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V			Unidade Gestora dispõe de disponibilidade de caixa líquida suficiente para cumprir com as obrigações financeiras contraídas no exercício financeiro de 2024, bem como as do exercício anterior, levando em consideração a fonte de recursos de cada obrigação, restando no exercício de 2024 uma disponibilidade de caixa líquida na ordem de R\$ 39.116.286,86.	processados: R\$ 6.696.883,22 Saldo de restos a pagar processados: R\$ 100.202,00 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DEMFCA Caixa e equivalente de caixa: R\$ 45.969.072,81 RGF - Demonstrativo de Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar – ANEXO V Disponibilidade de caixa bruta: R\$ 45.969.072,81 Disponibilidade de caixa líquida: R\$ 39.116.286,86
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Validação dos dados com o cálculo automatizado do Demonstrativa do Cidades na PCA.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no 6º Bimestre/2024 R\$ 13.460.608,56 Percentual de aplicação: 28,20%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2024:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	magistério	Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades		profissionais da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2024.	R\$ 8.889.044,35 Percentual de aplicação: 70,61% Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2024: 1º Bimestre: 66,99% 2º Bimestre: 65,30% 3º Bimestre: 66,48% 4º Bimestre: 66,30% 5º Bimestre: 67,11% 6º Bimestre: 70,61%
1.4.3	Educação - Pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12	CRFB/88, art. 77, inciso III, do	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2024:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	R\$ 8.152.851,35 Percentual de aplicação: 17,69%
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2024 a 31/12/2024 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Demonstrativo no sistema Cidades		observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Executivo: R\$ 28.372.608,75 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 37,46%
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.856/2024 - Altera a Lei Municipal nº 665/2005 em relação a nomenclatura do cargo e Lei Municipal nº 1.513/2018 quanto aos requisitos básicos do cargo e carga horária, não resultando em aumento das despesas com pessoal, extinguindo a necessidade de apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF); Lei nº 1.862/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.856/2024 - Altera a Lei Municipal nº 665/2005 em relação a nomenclatura do cargo e Lei Municipal nº 1.513/2018 quanto aos requisitos básicos do cargo e carga horária, não resultando em aumento das despesas com pessoal, extinguindo a necessidade de apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF); Lei nº 1.862/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.869/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p>	<p>declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p> <p>Lei nº 1.869/2024 - Apresenta os requisitos dispostos no artigo 21 da LRF, contendo: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF);</p>
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato	<p>PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal.</p> <p>LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.</p> <p>Atos administrativos de nomeação de Concurso Público.</p>	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	<p>Em análise aos arquivos PESS e LEIPESS verifica-se que não foram praticados atos que provoquem aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato.</p> <p>Consoante análise dos Concursos Públicos vigentes, verifica-se a nomeação de aprovados em Concurso nos últimos 180 dias do fim de mandato, contudo, os</p>	<p>PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal.</p> <p>LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.</p> <p>Atos administrativos de nomeação de Concurso Público.</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Concursos vigentes foram homologados antes do dia 04/04/2024.	
1.4.10	Despesas com limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Verifica-se que durante o exercício a despesa de pessoal total não excedeu o limite máximo de 95%.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 28.372.608,75 Limite apurado: 37,46% Limite Máximo: 54% R\$ 40.895.103,33 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 38.850.348,16
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 75.731.672,83 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 28.372.608,75 Limite apurado: 37,46% Limite Máximo: 54% R\$ 40.895.103,33 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 38.850.348,16
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	<u>Processo de Auditoria nº 1717/2024</u> <u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023</u>	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2024, foi verificado a disposição em seu art. 45, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2024.	Art. 45 da Lei nº 1.794/2023 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.836/2023 – Lei Orçamentária Anual



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		<u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</u>		qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise a LOA publicada para o exercício de 2024, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Atos normativos com Despesa de Pessoal no exercício de 2024: Lei Municipal nº 1.856/2024 Lei Municipal nº 1.862/2024 Lei Municipal nº 1.869/2024	
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	<u>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</u> Listagem razão do plano de contas – 351120100002 Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Água Branca – Repasses da Prefeitura Municipal (duodécimo) https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal de Água Branca no exercício de 2024: Previsão de repasse de duodécimo - Lei Orçamentária Anual Listagem razão do plano de contas – 351120100002 Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Água Branca – Repasses da Prefeitura Municipal (duodécimo) https://cmaquiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasses/duodecimoCamara.aspx	Lei Orçamentária Anual (Art. 3º da Lei nº 1.836/2023) Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal: R\$ 3.120.000,00 Transferência de Duodécimo no exercício de 2024: Valor Apurado: R\$2.642.809,87 Percentual: 6,92% Valor Máximo de Limite R\$ 2.673.950,58 Percentual: 7% Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2024:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferência recebida. Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.642.809,87	R\$2.642.809,87 Data de Repasse mensal: 19/01/2024: R\$ 220.235,32 20/02/2024: R\$ 220.235,32 20/03/2024: R\$ 220.235,32 19/04/2024: R\$ 220.235,32 20/05/2024: R\$ 220.235,32 20/06/2024: R\$ 220.235,32 19/07/2024: R\$ 220.235,32 16/08/2024: R\$ 220.235,32 20/09/2024: R\$ 220.235,32 18/10/2024: R\$ 220.235,32 19/11/2024: R\$ 220.221,53 18/12/2024: R\$ 220.235,14 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferências recebidas Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.642.809,87
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2024, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 69.518.645,45 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 54.931.296,15) Porcentagem da Dívida Consolidada



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Líquida sobre a RCL: 79,02% Limite Máximo permitido: R\$ 83.422.374,54 Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 75.731.672,83 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 49.080.198,76) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 64,81% Limite Máximo permitido: R\$ 90.878.007,40
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanco Orçamentário – BALORC Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2024.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanco Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito Balanco Orçamentário – BALORC - Receita de Capital - Realizadas: Operações de crédito: R\$0,00
2.1.1	LDO compatibilidade	<u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –</u>	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de	<u>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias –</u>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	com Plano Plurianual.	Lei nº 1.794/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021		estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA. Vale mencionar ainda, que a LDO do exercício de 2024 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	Lei nº 1.794/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2024.
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se que os artigos 25 e 44, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 44 da Lei nº 1.794/2023 – LDO.
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se pelo artigo 41, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece dispositivo de controle de custos.	Art. 41, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				públicas e privadas.	Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.794/2023 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2024 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.794/2023 Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. Anexo de Metas Fiscais Demonstrativo I – METAS ANUAIS 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS 02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 METAS ANUAIS
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024 Em análise ao Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício vigente, verifica-se que foram elaborados todos os demonstrativos constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais 14ª edição.	LDO – Lei nº 1.794/2023: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Demonstrativo I Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Demonstrativo II Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Demonstrativo III Evolução do Patrimônio líquido – Demonstrativo IV Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Demonstrativo V



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Demonstrativo VI</p> <p>Estimativa e compensação da renúncia de receita – Demonstrativo VII</p> <p>Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado – Demonstrativo VIII</p> <p>Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 80)</p> <p>Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 114)</p> <p>Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 120)</p> <p>Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 131)</p> <p>Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 137)</p> <p>Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 144/145)</p> <p>Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita</p>
--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						(p. 153) Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.165)
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, verifica-se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, caput e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.794/2023 - Análise da matéria constante do art.27, <i>caput</i> e parágrafo único 01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS 01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição, verifica-se que o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, se encontra em conformidade com o MDF (14ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 14ª edição – aprovado pela Portaria/STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, e STN/MF nº 989, de 14 de junho de 2024
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.794/2023 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.794/2023 Análise documental dos documentos de planejamento ao qual foram encaminhados Ofícios de comunicação ao Poder Judiciário, Ministério Público.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo		
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2024, disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 PPA – Plano Plurianual – 2022/2025 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em consulta realizada através do relatório de compatibilização do orçamento/metad fiscais, verifica-se a compatibilização do orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade.
2.1.12	Renúncia de Receita – demonstrativo regionalizado dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da natureza financeira, tributária, creditícia, orçamentária para renúncia de bem como, das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita, verifica-se que o Município de Água Branca não realizou previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 - 02.07.00 Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.		
2.1.13	LOA reserva de contingência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº 1.836/2023: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.794/2023 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Água Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.836/2023) do exercício de 2024, através do Quadro do	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.836/2023) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				precatórios judiciais apresentados até 02 de abril, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Valor previsto na LOA: R\$ 1.550.000,00 Denota-se que foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril do exercício vigente, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88. Valor de Precatórios apresentados até o dia 02/04/2023 para pagamento até o dia 31/12/2024: R\$ 1.766.139,37 Valor de sentenças judiciais (RPV): R\$ 201.799,83	Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 1.550.000,00 Valor pago: R\$ 1.967.939,20 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023, passivos contingentes – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO Atos normativos – Decretos executivos	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, estabelecida programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, foi verificada-se que no exercício de 2024 não foi elaborado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ato normativo estabelecendo a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, verifica-se que no exercício de 2024 não foi elaborado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ato normativo estabelecendo a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se que foi realizada Audiência Pública durante o processo de elaboração da LOA para o exercício de 2024.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				PPA, da LDO e da LOA.		orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Presencial da LOA realizada no dia 26/09/2024.
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas fiscais.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.794/2023 LIMITA RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de determinado bimestre, em decorrência da não realização de receitas, foram adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº 1.794/2023), denota-se que o Município de Água Branca, não realizou atos normativos de limitação de empenho.	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Água Branca não editou atos legais de limitação de empenho. LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.794/2023, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2024 Previsão inicial: R\$ 74.500.000,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2023 (Previsão atualizada): Previsão Inicial: R\$ 74.500.000,00 Previsão atualizada R\$ 82.635.937,92 Valor de Arrecadação Apurado no exercício de 2024: R\$ 91.386.167,25 Superávit de Arrecadação: R\$ 8.750.229,33
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14. art. 113 do ADCT.	Avaliar se a proposição legislativa que cria ou altera concessão ou ampliação de incentivo ou	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2024 leis de incentivo	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Lei nº 1.892/2024 Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2024, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa.	
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais Processo de Auditoria nº 1716/2024	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2024, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos expedidos no exercício de 2024: 46 Decretos executivos
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Leis e atos normativos publicados no Portal da Transparência Municipal	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos atos normativos publicados, verifica-se que não foram instituídos no exercício 2024 fundos.	Leis e atos normativos publicados no Portal da Transparência Municipal
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://aguia branca.es.gov.br/documento?tipo=7 LDO 2024 https://aguia branca.es.gov.br/documento/index/0?tipo=6 LOA 2024 https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/documento?tipo=5 RREO 2024



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						https://aguabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria RGF 2024 https://aguabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais https://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais https://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 Relatórios do Controle Interno https://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência, verifica-se que todas as informações referentes a execução orçamentária e financeira foram publicadas em tempo real.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca Execução Orçamentária da Despesa: Empenhos e favorecidos: https://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx Liquidações e favorecidos: https://aguabranca-es.portaltp.com.br/consultas/liquidacoes.aspx



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						es.portaltp.com.br/consultas/despesas/liquidacoes.aspx Pagamentos e favorecidos: https://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/pagamentos.aspx Execução Orçamentária da Receita: Receita Realizada: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/educadoreceitas.aspx Arrecadação das Receitas por Percentual: http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/receitaspercentual.aspx
2.2.25	Transparência na gestão – Conteúdo do RREO	Manual de demonstrativos fiscais da 14ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (14ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos disponibilizados bimestralmente contém todos os demonstrativos do RREO.	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo 01 – Balanço Orçamentário Anexo 02 – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção Anexo 03 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida Anexo 04 – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias Anexo 06 – Demonstrativo do resultado primário e nominal Anexo 07 – Demonstrativo dos restos a pagar Anexo 08 – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE Anexo 12 – Demonstrativo das Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					<p>e Despesas com ações e serviços públicos de saúde Anexo 13 – Demonstrativo das parcerias público-privadas Anexo 14 – Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido de Execução Orçamentária</p> <p>RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos, disponíveis em: https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria</p> <p>Publicações do RREO</p> <p>1º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.486 – pág. 08 a 34 – Data: 02/04/2024 - Portal da Transparência – Data: 30/03/2023</p> <p>2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.523 – pág. 25 a 51 – Data: 29/05/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/05/2024</p> <p>3º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.558 – pág. 13 a 39 – Data: 19/07/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 18/07/2024</p> <p>4º Bimestre</p>
--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						<p>- DOM/ES - Edição nº 2.608 – pág. 04 a 30 – Data: 25/09/2024</p> <p>- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 24/09/2024</p> <p>5º Bimestre</p> <p>- DOM/ES - Edição nº 2.645 – pág. 08 a 34 – Data: 19/11/2024</p> <p>- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 02/12/2024</p> <p>6º Bimestre</p> <p>- DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 22 a 47 – Data: 28/01/2025</p> <p>- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 27/01/2025</p>
2.2.26	Limitação para de custeio de despesas	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</p> <p>Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício</p>	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	<p>Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes.</p> <p>Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2024 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.</p>	<p>LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.794/2023</p> <p>LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.836/2023</p> <p>Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.</p>
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2024, o Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES BALORC – Balanço Orçamentário	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2024 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 14.129.635,48	LIMITA - Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 14.129.635,48
2.2.3.10	Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU	Lei Municipal nº 1.426/2017 – Código Tributário Municipal	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se a legislação tributária municipal dispõe sobre a Planta Genérica de Valores de Imóveis para fins de lançamento do IPTU.	Em análise a Lei Municipal nº 1.426/2017, verifica-se através do art. 151, a previsão de base de cálculo do IPTU através de Planta Genérica de valores.	Art. 151 da Lei Municipal nº 1.426/2017
2.2.3.23	Receita - Procedimentos de cobrança administrativa dos créditos da dívida ativa	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se o município realiza procedimentos de cobrança administrativa do crédito tributário, tal como notificação ao contribuinte devedor (carta, e-mail, telefone, mensagem de texto, carnê de IPTU) oportunizando o pagamento dos débitos ainda que de forma parcelada nos termos da legislação municipal.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária:	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não promoveu a cobrança regular da Dívida Ativa Municipal. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12	R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12
2.2.3.24	Receita - Procedimento de Protesto extrajudicial dos créditos da dívida ativa	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se até um ano após a inscrição em dívida ativa, se todos os créditos inscritos anteriormente foram protestados no Cartório Extrajudicial correspondente.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou protestos da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12 Valor de Protestos da Dívida Ativa no exercício de 2024: R\$ 0,00	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou protestos da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12 Valor de Protestos da Dívida Ativa no exercício de 2024: R\$ 0,00
2.2.3.25	Receita - Rotinas de cobrança administrativa dos	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se as rotinas de cobrança administrativas são reiteradas anualmente pela	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	créditos da dívida ativa			Administração Tributária, ainda que os créditos já estejam protestados.	Ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou cobranças administrativas da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12	tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que o Setor Tributário Municipal não realizou cobranças administrativas da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024. Valor Atual em Dívida Ativa Tributária final de 2024: R\$ 1.054.121,82 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,70 Aumento da Dívida Ativa Tributária em 2024: R\$ 178.588,12
2.2.3.26	Receita - Verificação do valor mínimo e ajuizamento de execução fiscal para cobrança da dívida ativa.	Processo de Auditoria nº 5260/2024	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se o município faz ajuizamento de ação de execução fiscal sobre créditos do mesmo contribuinte que ultrapassem o valor mínimo definido para cobrança judicial. Para tanto, devem ser considerados todos os créditos do mesmo contribuinte inscritos em dívida ativa, mesmo que sejam referentes a diferentes tributos ou exercícios.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que a Procuradoria Jurídica Municipal não promoveu execuções fiscais da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.	Processo de Auditoria nº 5260/2024 avaliou se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa tributária municipal por meio de protestos e execução fiscal no exercício de 2024. Durante a análise realizada verificou-se que a Procuradoria Jurídica Municipal não promoveu execuções fiscais da Dívida Ativa Municipal no exercício de 2024.
2.2.3.29	Transparência na gestão – divulgação dos demonstrativos	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	LC 101/2000, arts. 48, 55 e 63.	Avaliar se houve divulgação ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos	Em análise ao Portal da Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES), verifica-se	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	fiscais (RGF)	<p>RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos.</p> <p>https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf</p> <p>Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES</p>		de acesso público.	que foram publicados, todos os anexos referentes ao Relatório de Gestão Fiscal.	<p>RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em:</p> <p>https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf</p> <p>1º Semestre</p> <p>- DOM/ES - Edição nº 2.563 – pág. 13 a 19 – Data: 25/07/2024</p> <p>- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca – Data: 24/07/2024</p> <p>2º Bimestre</p> <p>- DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 15 a 21 – Data: 28/01/2025</p> <p>- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca – Data: 30/01/2025</p>
2.2.3.30	Transparência na gestão – Conteúdo do RGF	<p>RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos.</p> <p>https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf</p>	LC 101/2000, arts. 55 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	<p>Em atenção as normas editadas pela STN, o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (14ª edição)</p> <p>Registra-se que todos os demonstrativos do RGF disponibilizados bimestralmente contém todos os demonstrativos do MDF</p> <p>https://aguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf</p>	<p>Manual de Demonstrativos Fiscais - Relatório de Gestão Fiscal:</p> <p>Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com pessoal</p> <p>Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida</p> <p>Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores</p> <p>Anexo 4 – Demonstrativo das operações de crédito</p> <p>Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar</p> <p>Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal</p> <p>RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em:</p>



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						https://aguiabranca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/72/relatorio-de-gestao-fiscal-rgf
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balço patrimonial – BALPAT RELPRE – Relação consolidada dos precatórios judiciais	CRBF/88, art.100 /Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10..	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Conforme evidenciado no Balço Patrimonial – BALPAT, não foi realizado a contabilização dos precatórios judiciais devidos no passivo circulante e não-circulante. Consoante a análise da Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Água Branca apresentou precatórios judiciais no valor de R\$ 1.766.139,37, pagos no exercício de 2024.	Conforme evidenciado no Balço Patrimonial – BALPAT, não foi realizado a contabilização dos precatórios judiciais devidos no passivo circulante e não-circulante. Consoante a análise da Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Água Branca apresentou precatórios judiciais no valor de R\$ 1.766.139,37, pagos no exercício de 2024.
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	DEMDIFD – Demonstrativo da Dívida Fundada DEMDFLT – Demonstrativo da Dívida Flutuante BALVER – Balancete de Verificação	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme análise dos Demonstrativos da Dívida Fundada e Demonstrativo da Dívida Flutuante, em conciliação com o Balancete de verificação, os precatórios judiciais foram pagos dentro do exercício financeiro.	DEMDIFD – Demonstrativo da Dívida Fundada R\$ 0,00 DEMDFLT – Demonstrativo da Dívida Flutuante R\$ 0,00 BALVER: Precatórios de pessoal – Regime Especial – a partir de 05/05/2000 – não vencido: R\$ 199.591,81 Pessoal a pagar – sentenças judiciais: R\$ 1.566.547,56
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre - Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2024, o Município de Água não contém em sua Dívida Consolidada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades BALVER – Balancete de Verificação		dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Liquida precatórios judiciais pendentes de pagamento. Registra-se ainda, conforme análise do Balancete de Verificação, que os precatórios judiciais foram pagos dentro do exercício financeiro.	- Precatórios anteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 Valores pagos a título de precatórios no exercício de 2024: BALVER: Precatórios de pessoal – Regime Especial – a partir de 05/05/2000 – não vencido: R\$ 199.591,81 Pessoal a pagar – sentenças judiciais: R\$ 1.566.547,56
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 36. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, bem como se contratou operações de crédito em que tenha sido prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: 0,00 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Em análise ao Relatório de Gestão	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades			Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Líquida.
2.4.10	Operação de crédito - Regra de Ouro	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 1 – Balanço orçamentário RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 09 – Demonstrativo das Receitas de operações de crédito e despesas de capital (Regra de ouro) Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito) considerando a ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das normas do art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, assim como verifica-se o cumprimento da regra de ouro.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor de Operação de crédito: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 1 – Balanço Orçamentário Monta de Despesas de Capital previsto: R\$ 20.722.170,46 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 09 – Demonstrativo das Receitas de operações de crédito e despesas de capital (Regra de ouro) Previsão de Receita de Operação de Crédito: R\$ 100.000,00
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 12.117.067,65



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				automatizado do Demonstrativo de Operações de crédito, não há produzido pelo sistema extrapolação do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Valor: (R\$ 49.080.198,76)
2.4.13	Operação de crédito – atendimento às condições para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 40 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Verificar se foram observadas as condições para contratação de operação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Desse modo, não se demonstrou necessária a análise das condições para contratação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00
2.4.15	Garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de valores - 2º Semestre: R\$ 0,00 Município de Água Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre: R\$ 0,00 Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Nesse sentido, da análise do Demonstrativo de garantias e contragarantias de valores, não foi concedida garantias no exercício de 2024.	Valor: R\$ 16.660.968,02 Percentual: 22% Total de garantias concedidas: R\$ 0,00
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2024. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				compromissos futuros do RPPS.	Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	Planilha ISP – Resultado Final 2024: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria Relatório do ISP 2024 demonstrando que o RPPS do Município de Água Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2024, publicado em 03 de dezembro de 2024, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2. QUADRO DE PESSOAL

No exercício do ano de 2024 para as atividades da CGM – Controladoria Geral do Município, a Unidade Central de Controle Interno, contou com o total de 02 (servidores), sendo 01 (um) Controlador Geral do Município, e um 01 (um) Auditor Público Interno efetivo.

Nesse sentido, ao final do ano de 2024, a Unidade Central encerrou suas atividades com o seguinte quadro de servidores, conforme relação abaixo:

Funções	Vagas	2024
Controlador Geral	1	1
Coordenador técnico de Contabilidade	1	0
Coordenador técnico de Auditoria	1	0
Auditor Público Interno	2	1
TOTAL DE SERVIDORES.....	05	02

Atualmente, a Controladoria Geral do Município apresenta um *déficit* do quadro de servidores, tendo em vista o preenchimento de 40% das vagas disponíveis, com um total de 02 (duas) vagas preenchidas conforme demonstração acima.

Outrossim, a alta demanda do exercício de 2024 prejudicou a execução completa das atividades permanentes do órgão de controle interno, principalmente em razão do cargo de Auditor Público Interno, com formação em Ciências Contábeis possuir carga horária semanal de 20h (vinte horas), insuficiente a atender as finalidades e demandas oriundas das 04 (quatro) Unidades Gestoras vinculadas a Unidade Central de Controle Interno.

3. ATIVIDADES REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2024

Considerando as atividades desenvolvidas na Unidade Central de Controle Interno – UCCI no ano de 2024, ressalta-se a ocorrência do cumprimento integral do Cronograma de Auditorias previstas no PAAI/2024, o acompanhamento dos limites constitucionais e da LRF, e a realização de análises através de Processos de Fiscalização com a finalidade de acompanhar a Transparência Municipal e as notificações do Tribunal de Contas Estadual, registrando ainda, que algumas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

atividades permanentes, restaram prejudicadas por ausência de quadro de pessoal suficiente a atender com eficiência as demandas encaminhadas ao órgão.

3.1 Auditoria Interna executada

Os procedimentos de Auditoria integram como fonte principal as demandas da Controladoria Municipal. É notório destacar que a presença do Auditor Público Interno é imprescindível para realização de Auditorias nas Unidades Gestoras.

Partindo da análise do **Cronograma de Auditorias e Atividades do Controle Interno no exercício de 2024**, destacamos que foram previstas 15 (quinze) Ações de Auditorias a serem realizadas no exercício de 2024, todas executadas e **CONCLUÍDAS**, sem a necessidade de monitorando das recomendações propostas, conforme consta quadro abaixo:

AUDITORIAS INTERNAS EXECUTADAS EM 2024

IDENTIFICAÇÃO	AÇÃO DE AUDITORIA	UNIDADE GESTORA	OBJETO DA AUDITORIA	ÁREA DE ATUAÇÃO
Processo nº 1674/2024	AÇÃO Nº 001/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1675/2024	AÇÃO Nº 002/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1676/2024	AÇÃO Nº 03/2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 1677/2024	AÇÃO Nº 04/2024	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
Processo nº 2081/2024	AÇÃO Nº 05/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Verificar a legalidade e conformidade da execução de despesas com diárias dos servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Águia Branca.	Gestão Financeira
Processo nº 2275/2024	AÇÃO Nº 06/2024	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação	
			Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 2276/2024	AÇÃO Nº 07/2024	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		BRANCA		Orçamentária
			Despesa – liquidação Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 2277/2024	AÇÃO Nº 08/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 2278/2024	AÇÃO Nº 09/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesa – realização sem prévio empenho	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Despesa – liquidação Pagamento de despesas sem regular liquidação	
Processo nº 1716/2024	AÇÃO Nº 10/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária
			Créditos adicionais – decreto executivo	
Processo nº 5114/2024	AÇÃO Nº 11/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Gestão Patrimonial
Processo nº 5115/2024	AÇÃO Nº 12/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Gestão Patrimonial
Processo nº 1717/2024	AÇÃO Nº 13/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 1718/2024	AÇÃO Nº 14/2024	CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	Limites Constitucionais e legais
Processo nº 5260/2024	AÇÃO Nº 15/2024	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA	Dívida Ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Gestão Patrimonial

Além disso, com a finalidade de orientar o gestor na prática dos atos de gestão, pautados no cumprimento das Leis Municipais, Constituição Federal 1988, Instrução Normativa 68/2020 do TCEES 28/2013 e Resolução nº 227/2011 TCEES e demais disposições legais aplicáveis, foram expedidas diversas Comunicações, Recomendações e Alertas as Unidades Gestoras durante o exercício de 2024, conforme destacamos abaixo:

- OFÍCIO/CGM/004/2024 – Recomendação – Decreto de Programação Financeira e Cronograma de execução mensal de Desembolso.
- OFÍCIO/CGM/006/2024 – Recomendação – Publicidade do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Prefeitura Municipal de Águia Branca;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- OFÍCIO/CGM/007/2024 – Recomendação – Publicidade do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) da Câmara Municipal de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/011/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Prefeitura Municipal de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/012/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Fundo Municipal de Saúde de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/013/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/014/2024 – Comunicação – Prazo de envio dos Documentos da PCA ao Controle Interno para emissão de parecer conclusivo da Câmara Municipal de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/016/2024 – Recomendação – Decisão Monocrática nº 086/2024 – Processo TC 435/2024 ao Procurador Geral do Município;
- OFÍCIO/CGM/017/2024 – Recomendação – Decisão Monocrática nº 086/2024 – Processo TC 435/2024 ao Prefeito Municipal de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/020/2024 – Notificação – Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Saúde;
- OFÍCIO/CGM/023/2024 – Solicitar – Informações acerca dos pontos de controle da PCM 12/2023 – Prefeitura Municipal de Água Branca;
- OFÍCIO/CGM/027/2024 – Recomendação – Ofício de Submissão – Relatório Preliminar de Acompanhamento – Instrumentos de Planejamento da Saúde – Processo 463/2024 do TCEES – Secretaria Municipal de Saúde;
- OFÍCIO/CGM/030/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- OFÍCIO/CGM/031/2024 – Notificação – Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;
- OFÍCIO/CGM/032/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Assistência Social;
- OFÍCIO/CGM/033/2024 – Notificação - Descumprimento dos Procedimentos de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Diretor de Serviços urbanos;

- OFÍCIO/CGM/038/2024 – Notificação - Auditoria – Processo nº 2.228/2023 - Descumprimento das regras do art.16, II da Lei de Responsabilidade Fiscal – Procuradoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal;
- OFÍCIO/CGM/050/2024 – Recomendação - Elaboração de LDO. Realização de Audiência Pública para elaboração de LDO;
- OFÍCIO/CGM/052/2024 – Recomendação – Achados da PCA 2023 – Contas do Prefeito – Prefeitura Municipal de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/053/2024 – Recomendação – Achados da PCA 2023 – Contas de Gestão – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca;
- OFÍCIO/CGM/057/2024 – Notificação – Câmara Municipal de Águia Branca – Julgamento das Contas do Prefeito (Exercício de 2021);
- OFÍCIO/CGM/065/2024 – Comunicação Administrativa à Secretaria Municipal de Saúde – Início de Fiscalização de Auditoria Operacional de Saúde Mental pelo TCEES – Ofício 01705/2024-2 do Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Saúde (NSaúde);
- OFÍCIO/CGM/071/2024 – Comunicação Administrativa ao Responsável pela Licitação - Início de Fiscalização pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Ofício nº 2042/2024-6);
- OFÍCIO/CGM/073/2024 – Comunicação Administrativa ao Responsável pela Licitação – Fiscalização pelo Núcleo de Controle Externo de Edificações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (Ofício nº 2185/2024-7);
- OFÍCIO/CGM/082/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/093/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/097/2024 – Comunicação Administrativa – CidadES – Estrutura de Pessoal – Orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- OFÍCIO/CGM/100/2024 – Comunicação ao Gestor da Remessa Contratação – CidadES – Contratações;
- OFÍCIO/CGM/101/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca – CidadES – Fundamentação do ato



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

concessor de aposentadoria incompleta – TC 4532-24 RCAF;

- OFÍCIO/CGM/110/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;
- OFÍCIO/CGM/114/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca – CidadES – Fundamentação do ato concessor de aposentadoria incompleta – TC 4532-24 RCAF;
- OFÍCIO/CGM/115/2024 – Comunicação ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca – CidadES – Concessão de assiduidade e ATS em período menor – 3063/2024;
- OFÍCIO/CGM/116/2024 – Comunicação ao Contador Responsável da Prefeitura Municipal de Águia Branca – CidadES – Ponto de Controle. 1131 – Manutenção de Restos a Pagar Não Processador por mais de um exercício financeiro;
- OFÍCIO/CGM/117/2024 – Comunicação ao Gestor da remessa Contratação – CidadES – Contratações – Levantamento de Instrumentos contratuais no CidadES Contratação sem informação de medição realizada;
- OFÍCIO/CGM/122/2024 – Recomendação - Procedimentos de pagamento de diárias previsto na Instrução Normativa SFI Nº 03/2022 – Secretaria Municipal de Educação;
- OFÍCIO/CGM/134/2024 – Recomendação – Processo nº 2418/2024 – Descumprimento de aplicação do mínimo de 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério.

Noutra vertente, foram elaborados 103 (cento e três) Pareceres pelo Controle Interno durante o exercício de 2024, ao qual se destaca a seguir:

- PARECER/CGM/001/2024 – Processo nº 2527/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/002/2024 – Processo nº 2538/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/003/2024 – Processo nº 2539/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/004/2024 – Processo nº 2540/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/005/2024 – Processo nº 677/2024 - Pagamento de diárias por servidor;
- PARECER/CGM/006/2024 – Processo nº 678/2024 - Pagamento de diárias por agente político;
- PARECER/CGM/007/2024 – Processo nº 683/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/008/2024 – Processo nº 519/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/009/2024 – Processo nº 722/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/010/2024 – Processo nº 723/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/011/2024 – Processo nº 702/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/012/2024 – Processo nº 724/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/013/2024 – Processo nº 697/2024 - Pagamento de diárias – descumprimento/inconsistências;
- PARECER/CGM/014/2024 – Processo nº 904/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/015/2024 – Processo nº 882/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/016/2024 – Processo nº 898/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/017/2024 – Processo nº 899/2024 - Pagamento de diárias – cumprimento de normas pelo servidor;
- PARECER/CGM/018/2024 – Processo nº 2555/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/019/2024 – Processo nº 2556/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/020/2024 – Processo nº 10123/2022 – Concurso Público – Edital nº 001/2022;
- PARECER/CGM/021/2024 – Decreto nº 10.505/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/022/2024 – Decreto nº 10.506/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/023/2024 – Decreto nº 10.507/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/024/2024 – Decreto nº 10.508/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/025/2024 – Decreto nº 10.509/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/026/2024 – Decreto nº 10.510/2023 – Admissão – Concurso



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Público;

- PARECER/CGM/027/2024 – Decreto nº 10.511/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/028/2024 – Decreto nº 10.512/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/029/2024 – Decreto nº 10.513/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/030/2024 – Decreto nº 10.514/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/031/2024 – Decreto nº 10.515/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/032/2024 – Decreto nº 10.516/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/033/2024 – Decreto nº 10.517/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/034/2024 – Decreto nº 10.520/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/035/2024 – Decreto nº 10.521/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/036/2024 – Decreto nº 10.522/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/037/2024 – Decreto nº 10.523/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/038/2024 – Decreto nº 10.525/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/039/2024 – Decreto nº 10.526/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/040/2024 – Decreto nº 10.528/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/041/2024 – Decreto nº 10.529/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/042/2024 – Decreto nº 10.530/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/043/2024 – Decreto nº 10.531/2023 – Admissão – Concurso Público;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/044/2024 – Decreto nº 10.532/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/045/2024 – Decreto nº 10.533/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/046/2024 – Decreto nº 10.534/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/047/2024 – Decreto nº 10.536/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/048/2024 – Decreto nº 10.539/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/049/2024 – Decreto nº 10.540/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/050/2024 – Decreto nº 10.542/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/051/2024 – Decreto nº 10.543/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/052/2024 – Decreto nº 10.544/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/053/2024 – Decreto nº 10.545/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/054/2024 – Decreto nº 10.546/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/055/2024 – Decreto nº 10.548/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/056/2024 – Decreto nº 10.549/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/057/2024 – Decreto nº 10.551/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/058/2024 – Decreto nº 10.552/2023 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/059/2024 – Processo nº 2572/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/060/2024 – Decreto nº 10.635/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/061/2024 – Decreto nº 10.637/2024 – Admissão – Concurso Público;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- PARECER/CGM/062/2024 – Decreto nº 10.642/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/063/2024 – Decreto nº 10.643/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/064/2024 – Decreto nº 10.644/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/065/2024 – Decreto nº 10.645/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/066/2024 – Decreto nº 10.704/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/067/2024 – Decreto nº 10.660/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/068/2024 – Decreto nº 10.762/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/069/2024 – Processo nº 2590/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/070/2024 – Processo nº 2591/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/071/2024 – Processo nº 2592/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/072/2024 – Decreto nº 10.758/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/073/2024 – Decreto nº 10.759/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/074/2024 – Decreto nº 10.796/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/075/2024 – Processo nº 2614/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/076/2024 – Decreto nº 10.761/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/077/2024 – Processo nº 2628/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/078/2024 – Processo nº 2629/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/079/2024 – Decreto nº 10.826/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/080/2024 – Decreto nº 10.845/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/081/2024 – Decreto nº 10.847/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/082/2024 – Decreto nº 10.870/2024 – Admissão – Concurso



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Público;

- PARECER/CGM/083/2024 – Decreto nº 10.900/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/084/2024 – Processo nº 3746/2024 – Pensão por morte;
- PARECER/CGM/085/2024 – Decreto nº 10.911/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/086/2024 – Processo nº 2678/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/087/2024 – Processo nº 2679/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/088/2024 – Decreto nº 10.872/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/089/2024 – Decreto nº 10.897/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/090/2024 – Processo nº 2694/2024 – Aposentadoria;
- PARECER/CGM/091/2024 – Processo nº 2695/2024 – Pensão por morte;
- PARECER/CGM/092/2024 – Decreto nº 10.959/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/093/2024 – Decreto nº 10.961/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/094/2024 – Decreto nº 10.963/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/095/2024 – Decreto nº 10.964/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/096/2024 – Decreto nº 10.965/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/097/2024 – Decreto nº 10.966/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/098/2024 – Decreto nº 10.971/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/099/2024 – Decreto nº 10.973/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/100/2024 – Decreto nº 10.974/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/101/2024 – Decreto nº 10.988/2024 – Admissão – Concurso Público;
- PARECER/CGM/102/2024 – Decreto nº 10.989/2024 – Admissão – Concurso



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Público;

- PARECER/CGM/103/2024 – Processo nº 2720/2024 – Aposentadoria.

3.2 Departamento de Controle Interno e Atividades Permanentes

É cediço que o Controle Interno Municipal possui funções finalísticas previstas na Lei Municipal nº 1.122/2013 que regulamenta o Sistema de Controle Interno.

Nesse sentido, a Controladoria Geral do Município realiza o Monitoramento e a Fiscalização da Gestão Fiscal e Execução Orçamentária do Poder Executivo e Legislativo Municipal, o aperfeiçoamento da Transparência Pública Municipal, o Monitoramento e atendimento do acesso ao cidadão através dos Canais de Ouvidoria e e-SIC, e o aprimoramento dos Sistemas de Controle.

No ano de 2024, consubstancia-se, a ocorrência de elaboração e atualização de Instruções Normativas Municipais e normas de Acesso à Informação, conforme listagem abaixo:

Descrição	Situação
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 02/2019 – Sistema de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.684/2024
Alteração da Instrução Normativa SFI nº 01/2021 – Ordem Cronológica de Pagamentos – Sistema Financeiro - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.787/2024
Alteração da Instrução Normativa SMA nº 04/2019 – Sistema de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 11.011/2024
Aprova a Instrução Normativa Nº 01/2024 – Documentação necessária para aprovação de projeto, licença, regularização de construção ou habite-se – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.713/2024
Aprova a Instrução Normativa STI nº 01/2024 – Sistema de tecnologia da informação – Política de segurança da informação – Prefeitura Municipal de Águia Branca	Aprovada pelo Decreto nº 10.712/2024

Além disso, calha ressaltar que durante o exercício foram realizadas análises dos Limites Constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal com base nos pontos de controle descritos na Tabela Referencial 01 da Instrução Normativa



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

68/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ao qual o Controle Interno avalia a Gestão Fiscal e Execução Orçamentária do Poder Executivo e Legislativo Municipal, através dos seguintes procedimentos de análise de ponto de controle:

Processo nº 2418/2024		
Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca		
Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Educação – aplicação mínima	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Educação – remuneração dos profissionais do magistério	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Educação - Pertinência	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.
Saúde – aplicação mínima	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Saúde – pertinência	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Processo nº 2419/2024

Unidade gestora: Prefeitura Municipal de Águia Branca

Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.
Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.
Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, § 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88)

Processo nº 2420/2024

Unidade gestora: Câmara Municipal de Águia Branca

Ponto de controle	Base Legal	Objetivo
Despesas com pessoal – limite	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.
Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.
Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.
Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, § 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88)
Poder Legislativo Municipal –	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

despesa com folha de pagamento		dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.
Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.
Poder Legislativo Municipal – Despesas com pessoal – remuneração vereadores	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município
Poder Legislativo Municipal – despesa total cumprimento dos percentuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior

3.3 Acompanhamento do Processo de Prestação de Contas Anual

A Controladoria Geral examinou os documentos, que compõe a Prestação de Contas Anual relativo ao exercício financeiro de 2024 da Unidade Gestora - Prefeitura Municipal de Águia Branca – Contas de Governo, sob responsabilidade do Ordenador de Despesas, o Prefeito Municipal, Exmo. Jailson José Quiuqui.

Denota-se que o exame teve por objetivo, o apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, avaliando os resultados, quanto à eficácia e economicidade da gestão orçamentária, fiscal, previdenciária, financeira e patrimonial das Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Águia Branca, em face ao cumprimento da norma constitucional prevista nos arts. 70 e 74 da CRFB/88 combinado com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000, e consoante as determinações contidas na Instrução Normativa 68/2020, resultando nos Relatórios e Parecer Conclusivo do Órgão Central do Controle Interno, RELACI, RELOCI e INFOCI, que obrigatoriamente, compõe a Prestação de Contas Anual.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

3.4 Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Uma das atribuições da Controladoria Geral é exercer o acompanhamento sobre os limites constitucionais, previstos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, e neste sentido, a Controladoria realizou a conferência dos dados contidos nos relatórios contábeis para efeito de apuração da RCL da Despesa Líquida de Pessoal e apuração do Limite Legal referente ao período anual de 2024.

No decorrer do exercício do ano de 2024, foram enviadas Recomendações no sentido de orientar a Unidade Gestora quanto ao cumprimento dos limites legais.

Quanto à publicação do Relatório de Gestão Fiscal, o art. 54, caput, e o art. 55, § 2º, ambos da Lei Complementar 101/2000 definiram a periodicidade e o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2024, constatou-se a divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meios de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2.563 – pág. 13 a 19 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	25/07/2024	24/07/2024	N
2º Semestre	- DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 15 a 21. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Água Branca	28/01/2025	30/01/2025	N

Fonte: Cidades. Portal da Transparência do Município.

No tocante ao acompanhamento dos limites previstos na Lei Complementar 101/2000, denota-se que a Prefeitura Municipal de Água Branca, atendeu os preceitos dos artigos 19 e 20 da LRF, quanto ao gasto total de despesa com pessoal, que totalizou R\$ 28.372.608,75 (vinte e oito milhões trezentos e setenta e dois mil e seiscentos e oito reais e setenta e cinco centavos) alcançando um percentual de 37,46% no exercício de 2024, abaixo do limite máximo legal previsto de 54% da Receita Corrente Líquida.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Consoante ao saldo da Dívida Consolidada Líquida verifica-se que o Município de Águia Branca não ultrapassou os limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000 e na Resolução 40/2001 do Senado Federal.

3.5 Relatório Resumido de Execução Orçamentária

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) compreende a situação fiscal do Município, com dados sobre a execução orçamentária da receita e da despesa.

O relatório permite aos órgãos de controle interno e externo, aos usuários e à sociedade em geral conhecer, acompanhar e analisar o desempenho das ações governamentais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). É pressuposto da responsabilidade na gestão fiscal a ação planejada e transparente em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

A publicação do RREO é exigência da Constituição Federal, conforme preceitua o artigo 165, §3º, e as normas para sua elaboração e publicação foram estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com Monitoramento realizado ao longo do exercício de 2024, constatou-se a divulgação dos Relatórios Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dentro dos prazos legais, conforme tabela a seguir:

Referência	Meios de Divulgação	Data de Publicação no DOM/ES	Data da Publicação no Portal da Transparência	Republicação
1º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.486 – pág. 08 a 34. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	02/04/2024	30/03/2024	N
2º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.523 – pág. 25 a 51. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	29/05/2024	29/05/2024	N
3º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.558 – pág. 13 a 39. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	19/07/2024	18/07/2024	N
4º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.608 – pág. 04 a 30. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	25/09/2024	24/09/2024	N



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

5º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.645 – pág. 08 a 34. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	19/11/2024	02/12/2024	N
6º Bimestre	- DOM/ES - Edição nº 2.692 – pág. 22 a 47. - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	28/01/2025	27/01/2025	N

Fonte: Cidades. Portal da Transparência do Município.

3.6 Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, tem a finalidade de garantir o acesso aos usuários às informações públicas previstas no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal.

Visando a implementação do acesso à informação no âmbito do Poder Executivo e Legislativo nos Municípios e seus demais entes, foi publicada Lei Ordinária Municipal nº 1.356, de 21 de julho de 2016, que regulamentou os procedimentos a serem adotados para assegurar o direito fundamental de acesso à informação no âmbito do Município de Águia Branca.

Com o advento da Lei Municipal, passou a ser uma das atribuições da Controladoria Geral do Município a divulgação e orientações aos gestores públicos e municipais sobre as medidas necessárias para, não só ser efetiva a implementação dessa Lei, bem como para buscar outros mecanismos efetivos ao cumprimento dos dispositivos, tais como, o atendimento de demandas através dos canais de acesso ao cidadão.

O marco inicial do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no Município de Águia Branca/ES, iniciou-se em 21 de julho de 2016 pela Lei nº 1.356/16 e se efetivou no sistema online no ano de 2017, possibilitando ao cidadão solicitar informações para a Prefeitura e a obtê-las nos prazos previstos em lei.

A plataforma virtual (e-SIC) destinada a pedidos de informação permitiu que qualquer pessoa física ou jurídica encaminhasse pedidos de acesso à informação para a Prefeitura Municipal de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Assevera-se que, no ano de 2023, foi realizada a Regulamentação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) através do Decreto nº 10.383/2023, além da Norma de Proteção ao denunciante aprovada pelo Decreto nº 10.384/2023 que dispõe acerca das medidas de proteção à identidade dos denunciantes ilícitos e irregularidades praticadas contra a administração pública.

Além disso, foi aprovado o Plano de Dados abertos – PDA 2023/2024, através do Decreto nº 10.385/2023, que tem como finalidade orientar as ações de implementação e promoção de abertura de dados da Prefeitura Municipal de Águia Branca, observados os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

No exercício do ano de 2024, foram registradas no e-SIC e na e-OUV (Ouvidoria) 56 pedidos de Acesso à Informação e/ou Manifestações de Ouvidoria, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Evolução mensal dos números de pedidos de acesso à informação e Denúncias na Ouvidoria - Ano de 2024

MÊS	Quantidade de Solicitações	Total 2024
Janeiro	06	56 pedidos de acesso à informação e/ ou Ouvidoria
Fevereiro	05	
Março	09	
Abril	06	
Maio	04	
Junho	07	
Julho	02	
Agosto	0	
Setembro	04	
Outubro	04	
Novembro	05	
Dezembro	04	

3.7 Portal Transparência

O Portal da Transparência é um instrumento criado para divulgar os dados públicos necessários para o pleno exercício do controle social pelo cidadão. É a ferramenta por meio da qual a sociedade poderá adquirir o conhecimento necessário para o controle das ações de governo, bem como contribuir para a prevenção e combate à corrupção.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA **CONTROLADORIA GERAL**

Em consulta realizada no Portal da Transparência, o cidadão possui acesso ao detalhamento das informações do legislativo, compras, materiais e bens, receitas, despesas, repasses, contas públicas, pessoal e controle interno.

O referido Portal dispõe de ferramentas de auxílio na utilização do Portal da Transparência como o aumento e redução da fonte, itens de acessibilidade e libras, além de um canal de Perguntas e respostas frequentes.

Denota-se que a Controladoria Geral do Município promoveu fiscalização do Portal da Transparência do Município de Águia Branca, através do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP) iniciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com vistas a realizar Levantamento Nacional da Transparência Pública cuja finalidade foi diagnosticar, avaliar, recomendar e monitorar a implementação de medidas voltadas a ampliar a transparência pública ativa no Brasil, em observância as regras e diretrizes da Resolução Atricon nº 001/2023, ao qual o Município recebeu Selo Ouro de Transparência Pública.

Além disso, ressalta-se a fiscalização realizada pela Controladoria Geral do Município em razão do Índice de Transparência e Governança Pública da Prefeitura Municipal de Águia Branca, que levou em conta a Metodologia aplicada pela Transparência Capixaba – ITGP.

3.8 Treinamentos dos Servidores da CGM

No exercício de 2024, a Equipe da Unidade Central de Controle Interno participou de diversos Cursos de Capacitação, conforme se menciona a seguir:

- Curso “Controle Interno – Procedimentos a serem adotados para atender as exigências do TCEES para enviar a PCA 2024 – Ênfase RELOCI, RELUCI, RELACI e INFOCI”, realizado nos dias 29/02/2024 e 01/03/2024 em Vitória/ES, totalizando 16 horas/aula, ministrado pela Fundação Espírito-santense de Tecnologia – FEST;
- Curso “O Controle Interno na Administração Pública”, realizado no dia 12/06/2024, com carga horária de 08 horas/aula, parte integrante do “Enfoc 2024 – Encontro de Formação e Controle”, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Curso “Ouvidorias Ativas: fundamentos e práticas inovadoras”, realizado no dia 08/05/2024, com carga horária de 08 horas/aula, parte integrante do “Enfoc 2024 – Encontro de Formação e Controle”, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- Evento “Ouvidoria Day 2024 – Controle Social – Transparência Pública fomento das ouvidorias nos entes jurisdicionados”, realizado no dia 18/03/2024, com carga horária de 04 horas, promovido pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

4. TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS NA UG.

COD	PONTO DE CONTROLE	Base legal	INFORMAÇÕES ANALISADAS	PROCEDIMENTO A SER ADOTADO	Universo do Ponto de Controle ³	Amostra Seleccionadas

COD	Achados	Proposições/Alertas	Situação

OBS: NÃO HÁ OCORRÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2024.

5. ATENDIMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS CONTROLE EXTERNO, FISCALIZAÇÃO E LEVANTAMENTO.

Quanto aos atendimentos realizados pela Unidade Central de Controle Interno, em razão das Notificações encaminhadas pelo TCEES ao Controle Interno, se destaca:

- Notícia de Irregularidade TC nº 209/2024 – Ouvidoria do TCEES;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos de todo o país;
- Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM (Exercício 2023) – Processo TC 3596/2024;
- Resposta ao Ofício de Requisição 01808/2024-9 - “Levantamento de dados e informações sobre sistemas e ações relacionadas ao monitoramento das políticas públicas de assistência social, saúde e educação” – Processo 03519/2023-1;
- Resposta ao Ofício de Requisição 01910/2024-9 – “Verificar se o uso do Sistema de Registro de Preços para realização de obras e serviços de engenharia pelos órgãos jurisdicionados está adequado, principalmente em relação ao planejamento.”
- Manifestação – Processo TC nº3411/2021;
- Resposta ao Ofício 02042/2024 – Fiscalização – “Acompanhar de forma concomitante licitações de obras e serviços de engenharia, selecionadas conforme critérios de materialidade, risco, oportunidade e relevância” - Processo 01057/2024-6;
- Resposta ao Ofício 02861/2024 – Fiscalização com objetivo de acompanhar as providências adotadas, pelos municípios, responsáveis pela titularidade dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos urbanos (SMRSU), e Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), especificamente quanto ao local de disposição final destes resíduos, no tocante à sua adequação, ambiental e legal para recebimento e tratamento;
- Resposta – Comunicação TCEES. Cidades Contratação. ID 2023.501C2600010.02.0020;
- Resposta ao Ofício de Submissão nº 04936/2024-9 – Auditoria;
- Questionário de Gestão da Dívida Municipal.

6. ATENDIMENTO AS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

No tocante as demandas do Ministério Público Estadual, o órgão de Controle Interno atende as solicitações encaminhadas a cargo de fiscalização e apoio ao controle externo ministerial.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Nesse sentido, alcança destaque as ações realizadas pelo Controle Interno com a finalidade de atendimento das demandas do órgão ministerial:

- Abertura de Processo nº 3081/2024 para acompanhamento da Notificação Recomendatória nº 001/2024 – Procedimento MPES nº 2024.0001.0148-34;
- Abertura de Processo nº 3165/2024 para atendimento da Notificação Recomendatória nº 002/2024 – Procedimento MPES nº 2024.0001.0180-54;
- Resposta ao OF. MPES-PJGAB N.º185/2024 – Procedimento MPES nº 2023.0006.8409-64;
- Resposta nos autos do Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) MPES nº 2021.0019.3260-95.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos realizados pelo Controle Interno, e das documentações e informações prestadas, ponderou-se que as atividades relacionadas ao Município de Águia Branca foram desenvolvidas pelo Controle Interno no ano de 2024 através do PAAI/2024 e da análise dos itens de controle da IN 68/2020 do TCEES, de acordo com a disponibilidade de execução dos trabalhos do Controle Interno.

Para o exercício de 2025, as ações da Controladoria Geral do Município – CGM serão voltadas para a melhoria dos mecanismos de Transparência ao cidadão, e acompanhamento dos atos de admissão do Concurso Público vigente.

Além disso, a CGM estará buscando conhecimento através da capacitação dos seus servidores no intuito de aprimorar as atividades desempenhadas pela unidade de Controle Interno, com a formulação de novos procedimentos de controle para os anos subsequentes.

Águia Branca/ES, 29 de março de 2025.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021